Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JRPC - 12356/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/8748/2016
PROTOCOLO	: 1678238
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA
JURISDICIONADO (A)	: ARI BASSO
CARGO	: PREFEITO MUNICIPAL
INTERESSADO (A)	: AGRO SHOPPING LTDA. – EPP
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 11/2016
RELATOR (A)	: CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas referente ao Contrato Administrativo n. 11/2016, celebrado entre o Município de Sidrolândia e a empresa Agro Shopping Ltda. – EPP, tendo por objeto o fornecimento de material de consumo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Neste momento, examina-se a regularidade da **licitação** (primeira fase), realizada por meio do Convite n. 4/2016, e do **Contrato** (segunda fase).

Os documentos presentes nos autos foram analisados pela 1ª Inspetoria de Controle Externo (1ª ICE) e pelo Procurador do Ministério Público de Contas (MPC). Ambos concluíram pela regularidade da licitação e do Contrato, conforme se observa na Análise n. 11544/2016 (peça n. 22, fls. 222-226) e no Parecer n. 19887/2016 (peça n. 23, fl. 227).

É o relatório.

DECISÃO

Examinando a prestação de contas em julgamento, verifico que os documentos relativos à licitação e ao Contrato estão em consonância com os dispositivos legais pertinentes.

Diante disso, concordo com a Análise da 1ª ICE, acolho o Parecer do representante do MPC e, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, decido declarar a **regularidade**:

I – da licitação (primeira fase), realizada pela Administração Municipal de Sidrolândia por meio do Convite n. 4/2016;

II – do Contrato Administrativo n. 11/2016 (segunda fase), celebrado entre o Município de Sidrolândia e a empresa Agro Shopping Ltda. – EPP.

Depois de publicada esta Decisão, os autos devem ser encaminhados à 1ª ICE, para o exame dos documentos relativos à execução financeira da contratação.

É a decisão.

Campo Grande, 5 de dezembro de 2016.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro relator

RT